



Número: **0801234-34.2020.8.15.0181**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Mista de Guarabira**

Última distribuição : **22/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 14.300,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALEX CARVALHO SANTOS (AUTOR)		RAILSON SANTOS DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
30046284	22/04/2020 09:25	Petição Inicial	Petição Inicial
30046287	22/04/2020 09:25	ALEX CARVALHO SANTOS - Ação cobrança_DPVAT - concessão parcial - DAMS	Outros Documentos
30046289	22/04/2020 09:25	CNH	Documento de Identificação
30046290	22/04/2020 09:25	comprovante_residência	Outros Documentos
30046292	22/04/2020 09:25	procuração_declarção_hipossuficiência	Outros Documentos
30046293	22/04/2020 09:25	boletim_ocorrência	Outros Documentos
30046294	22/04/2020 09:25	doc_veículo	Outros Documentos
30046298	22/04/2020 09:25	resultado_administrativo_01	Outros Documentos
30046499	22/04/2020 09:25	resultado_administrativo_02	Outros Documentos
30046500	22/04/2020 09:25	resultado_administrativo_03	Outros Documentos
30046501	22/04/2020 09:25	declaração_médica	Outros Documentos
30046504	22/04/2020 09:25	parecer_perícia_médica	Outros Documentos
30046506	22/04/2020 09:25	recibo_pronto_socorro	Outros Documentos
30046507	22/04/2020 09:25	relatório_cirurgico	Outros Documentos
30046508	22/04/2020 09:25	dams_01	Outros Documentos
30046510	22/04/2020 09:25	dams_02	Outros Documentos
30046511	22/04/2020 09:25	dams_03	Outros Documentos
30049039	22/04/2020 10:18	Decisão	Decisão
30056293	22/04/2020 12:33	Expediente	Expediente

Petição e documentos em anexo.





Railson Santos
Advocacia

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
VARA DA COMARCA DE GUARABIRA – PARAÍBA**

- JUSTIÇA GRATUITA

- INTERESSE NA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

O Sr. ALEX CARVALHO SANTOS, brasileiro, solteiro, comerciante, inscrito no R.G. sob o nº 468243495 (SSP-SP) e no C.P.F./M.F. sob o nº 377.875.848-90, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora das Graças, nº 35, Bairro Bela Vista, na cidade de Araçagi-PB, CEP nº 58.270-000, por intermédio de seu advogado signatário, constituído nos termos do instrumento procuratório em anexo, com endereço na Rua XV de Novembro, nº 5, sala 1, Centro, na cidade de Guarabira, onde recebe intimações e comunicações de estilo, vem, respeitosamente, perante V. Exa., ajuizar a presente

ACÃO DE COBRANÇA

Em desfavor de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A., CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

DOS REQUERIMENTOS INICIAIS

Justiça Gratuita

O PROMOVENTE é pobre na forma da lei e não dispõe de recursos para custear as despesas do processo sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Por isso, a parte AUTORA faz jus a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 5º, LXXIV, da CF/88 e do art. 98 do NCPC.

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



DOS FATOS

No dia 04 de março de agosto de 2018, o PROMOVENTE sofreu um acidente de trânsito em sua motocicleta marca HONDA FAN, Placa QFA-8287, quando ao sair do seu estabelecimento comercial perdeu o controle, caindo ao solo, sofrendo sérios danos físicos. (conforme prova boletim de ocorrência em anexo).

Em virtude do suscitado acidente, segundo consta o laudo médico emitido pelo **Dr. Temístocles de Almeida Ribeiro Filho, CRM/PB nº 7618**, o PROMOVENTE foi acometido da seguinte mazela:

✓ **CID 10 S52.5** - Fratura Exposta do Rádio Distal Direito;

Complementa o expert acima afirmando que o PROMOVENTE teve que passar por um procedimento cirúrgico, sendo necessária a colocação de Placas e Parafusos Corticais, além de fios Kirshned. (laudo médico e prontuário em anexo).

Assim, a parte autora, como se nota, sofreu sérios danos devido ao sinistro, restando na considerável limitação física que ainda hoje lhe impede, de forma acentuada, de retomar as suas atividades normais. Encontra-se debilitado, sente dores, não se movimenta com facilidade, sente dificuldades para a realização de simples afazeres domésticos.

Diante da perda parcial da capacidade física, tendo em vista ainda o caráter permanente da mazela que o debilita, observa-se que o PROMOVENTE faz jus a receber a indenização do seguro DPVAT.

Nesse contexto, o PROMOVENTE, preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, encaminhou o seu pedido para a empresa ré. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/INVALIDEZ), o PROMOVENTE teve seu pedido autuado com o número de sinistro nº **3180303152**.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, tamanha fora a surpresa desta quando informado do pagamento da indenização, não por sua confirmação, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pela demandada.

De acordo com o documento anexado aos autos, a empresa ré efetuou o pagamento de valor IRRISÓRIO, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pelo PROMOVENTE e com a invalidez permanente que este adquiriu. Ou seja, após a análise do pedido feito administrativamente, o requerente recebeu o valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida.

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



Conforme já foi explanado, é evidente que o dano sofrido pelo PROMOVENTE lhe gerou perda funcional do membro afetado, de forma permanente, devido a gravidade da lesão, porém, a parte ré realiza avaliação imparcial e unilateral, sem proporcionar ao segurado aquilo que realmente lhe é devido.

Importante frisar que na tabela do seguro DPVAT, a porcentagem correspondente à perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros, corresponde até 100% (cem por cento) do capital segurado, o que totaliza a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Contudo, a demandada apenas concedeu um IRRISÓRIO valor do montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, apenas o valor ínfimo de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Excelência, a incapacidade da PROMOVENDA foi completa e permanente, correspondendo a 100% (cem por cento) do capital e não ao pequeno valor pago pela PROMOVENDA, sendo este valor extremamente irrisório.

Além disso, importante destacar que o PROMOVENTE, devido ao acidente, teve que arcar com todo o tratamento cirúrgico, incluindo medicamento e acompanhamento médico e transporte. Assim, tais valores, devem ser totalmente restituídos, nos termos do art. 3, III da lei 6.194.

Para um melhor entendimento, tem-se nos autos recibos – emitidos pelo Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira - que comprovam as despesas médico-hospitalares suportadas pelo PROMOVENTE, totalizando o montante de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Dessa forma, a empresa PROMOVENDA deveria ter restituído ao PROMOVENTE o montante acima mencionado. Contudo, ao requerer o referido valor, o PROMOVENTE apenas recebeu da seguradora ré o valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), quantia inferior ao devido ao PROMOVENTE.

Assim, Excelência, a parte PROMOVENDA restituiu parcialmente os valores gastos pelo PROMOVENTE com o tratamento médico-hospitalar, sendo imprescindível a restituição do montante remanescente, isto é, do valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Portanto, evidencia-se que o valor estipulado pela PROMOVENDA é totalmente incoerente com a situação do PROMOVENTE, uma vez que este faz jus ao montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), bem como da restituição, em sua totalidade, das despesas médico-hospitalares, pois é direito seu, haja vista ao sinistro sofrido e aos danos permanentes que lhe atormentam. Assim, não havendo outra alternativa, vem o PROMOVENTE perante o Poder Judiciário, clamar por justiça.



DO DIREITO

A fim de dar aplicabilidade ao princípio da dignidade da pessoa humana, através da edição da Lei nº 6.194/74, o Legislador Infraconstitucional criou o seguro DVPAT, uma importante ferramenta de seguro universal, destinado a amparar aqueles que, em virtude de acidente de trânsito, perdem parentes ou acabam perdendo, de forma definitiva, parte da capacidade laborativa.

Por ser um seguro universal, patrocinado pela compra de automóveis, o DPVAT cobre todo e qualquer indivíduo que se envolver em acidente de trânsito, tenha, ou não, contribuído para o seguro.

Além de garantir um pagamento em dinheiro nos casos de morte ou invalidez permanente, o DPVAT reembolsa a vítima pelas despesas médicas e suplementares decorrentes do acidente de trânsito, a exemplo de despesas médicas e com a compra de medicamentos

Dessa forma, tem-se que o art. 3º da lei nº 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Quando o acidente veicular torna o indivíduo inválido permanentemente, total ou parcial, o pagamento da indenização tem como teto o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), segundo previsão materializada no art. 3º, o inciso II, da Lei nº 6.194/74.

No que tange a incapacidade do **PROMOVENTE**, tem-se que os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de

Rua Eptácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifo nosso)

PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE Ocorrência – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO: O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que: “O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”...Mediante a entrega dos seguintes documentos: “registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE Ocorrência, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), *portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário, não podem ser admitidas.*

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo NCPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, *quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica. Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

DAS DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES

Conforme narrado alhures, **tem-se que o PROMOVENTE, devido ao acidente, teve que arcar com todo o tratamento cirúrgico, incluindo medicamento e acompanhamento médico. Assim, tais valores, devem ser restituídos, nos termos do art. 3, III da lei 6.194.**

Para um melhor entendimento, tem-se nos autos recibos – emitidos pelo Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira - que comprovam as despesas médico-hospitalares suportadas pelo PROMOVENTE, totalizando o montante de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).**

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



Dessa forma, a empresa PROMOVIDA deveria ter restituído ao PROMOVENTE o montante acima mencionado. Contudo, ao requerer o referido valor, o PROMOVENTE apenas recebeu da seguradora ré o valor de **R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)**, quantia inferior ao devido ao PROMOVENTE.

Assim, Excelência, a parte PROMOVIDA restituiu parcialmente os valores gastos pelo PROMOVENTE com o tratamento médico-hospitalar, sendo imprescindível a restituição do montante remanescente, isto é, do valor de **R\$ 800,00 (oitocentos reais)**.

Dessa forma, **tais valores, devem ser restituídos ao PROMOVENTE, perfazendo o montante de R\$ 800,00 (oitocentos reais) a ser devidamente corrigido e atualizado monetariamente em um momento oportuno.**

DA PROVA PERICIAL – Da teoria da dinamização do ônus da prova

O sistema processual brasileiro, ao definir que a cada parte cabe provar o que alegou, adotou a Teoria Clássica que possui uma concepção estática do ônus da prova. Isto é, a distribuição do ônus, segundo o Código de Processo Civil, define-se abstrativamente, considerando-se apenas as hipóteses legais, sem sofrer qualquer influência ou interferência da situação posta em juízo.

Observa-se, portanto, que o NCPC não conferiu mutabilidade ao ônus da prova de modo que as particularidades da causa pudessem, em determinadas hipóteses, alterar a regra comum de distribuição de ônus da prova.

Ao ignorar as particularidades da causa, demonstrou-se em desarmonia com o modelo constitucional do direito processual civil, pautado no direito fundamental de acesso à justiça, que exige uma leitura do processo, de seus procedimentos e de suas técnicas, consoante as particularidades de cada causa.

Por conta disso, tem-se destacado e ganhado espaço na doutrina nacional a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor atender às especificidades da causa em concreto.

Assim, seguindo a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, este ônus não decorre de uma simples definição em abstrato do legislador, ele deve ser desempenhado pela parte que, conforme as particularidades do caso em concreto, possui as melhores condições de provar os fatos.

Por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Nas palavras de Humberto Theodoro:

“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008)

Nesse sentido o julgado do E. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

“AGRAVO INTERNO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ADIANTAMENTO. HONORÁRIOS DO PERITO. TEORIA DAS CARGAS PROCESSUAIS DINÂMICAS. REGRA PROCESSUAL QUE TRATA DO ENCARGO DE ANTECIPAR AS DESPESAS PARA PRODUÇÃO DE PROVA NECESSÁRIA A SOLUÇÃO DA CAUSA. HONORÁRIOS. VALOR. ADEQUAÇÃO. TERMO DE COOPERAÇÃO. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIOS DA BOA FÉ E DA SOLIDARIEDADE NA BUSCA DA VERDADE REAL. 1. Preambularmente, cumpre destacar que é aplicável ao caso dos autos a teoria das cargas processuais dinâmicas, uma vez que as partes não se encontram em igualdade de condições para a coleta probatória pretendida, in casu levantamento técnico, existindo óbice para a realização desta em face da hipossuficiência da parte demandante importar na delonga desnecessária da solução da causa, o que atenta aos princípios da economia e celeridade processo. 2. Note-se que a teoria da carga dinâmica da prova parte do pressuposto que o encargo probatório é regra de julgamento e, como tal, busca possibilitar ao magistrado produzir prova essencial ao convencimento deste para deslinde do litígio, cujo ônus deixado à parte hipossuficiente representaria produzir prova diabólica, isto é, de ordem negativa, ou cuja realização para aquela se tornasse de difícil consecução, quer por não ter as melhores condições técnicas, profissionais ou mesmo fáticas, sejam estas de ordem econômico-financeira ou mesmo jurídica para reconstituir os fatos. 3. Aplica-se a teoria da carga dinâmica probatória, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção de determinada prova, com base no princípio da razoabilidade, ou seja, é aceitável repassar o custo da coleta de determinada prova a parte que detém melhor condição de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada justiça. 4. Releva ponderar que a dinamização do ônus da prova será aplicada quando for afastada a incidência do artigo 333 do código de processo civil por inadequação, ou seja, quando for verificado que a parte que, em tese, está desincumbida ao ônus probandi, pois não possui as melhores condições para a realização de prova necessária ao deslinde do feito. 5. Assim, a posição privilegiada da parte para revelar a verdade e o dever de colaborar na consecução desta com a realização da prova pretendida deve ser evidente, consoante estabelecem os artigos 14, I, e 339, ambos do código de processo civil, pois se aplica esta regra de julgamento por exceção, a qual está presente no caso dos autos, pois a parte demandada conta com melhores condições jurídicas e econômicas de produzir tal prova, pois se trata de seguradora especializada neste tipo de seguro social. 6. No presente feito não merece guarida à pretensão da parte agravante, uma vez que o art. 333 do código de processo civil estabelece que os honorários do perito serão pagos antecipadamente pela parte que houver requerido o exame técnico, ou pelo autor, quando pleiteado por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz, desde que aquela regra geral não importe em dificultar a realização da prova pretendida ou retardar a solução da causa, o que autoriza a inversão do encargo de adiantar o montante necessário a produção da prova pretendida. 7. Destaque-se que mesmo a perícia sendo determinada de ofício pelo magistrado é possível a inversão do encargo de adiantamento dos honorários de perito, desde que atendidas às condições atinentes a teoria da carga dinâmica da produção probatória. 8. Frise-se que a teoria da carga dinâmica da prova ou da distribuição dinâmica do ônus da prova é regra processual que visa definir, qual parte suportará os custos do adiantamento das despesas para realização de determinada prova necessária a solução do litígio no curso do feito, dentre as quais os honorários periciais. Logo, não há prejuízo a qualquer das partes com esta medida de ordem formal, pois a prova em questão irá servir a realização do direito e prestação de efetiva jurisdição, com a apuração de verdadeira reconstituição dos

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



fatos discutidos, o que interessa a todos para alcançar a pacificação social. 9. Cumpre ressaltar, também, que antes da realização da perícia os honorários são fixados provisoriamente, a fim de ser dado início a avaliação técnica pretendida, contudo, por ocasião da decisão final, o magistrado pode estabelecer em definitivo aquela verba de sucumbência em patamar superior ao inicialmente feito, de acordo com o princípio da proporcionalidade e grau de complexidade do exame levado a efeito, atribuindo o pagamento daquela à parte sucumbente na causa. 10. Assim, devem ser mantidos os honorários definitivos fixados em dois salários mínimos, caso sucumbente a demandada. 11. No entanto, como a perícia foi postulada por ambas as partes, os honorários de adiantamento caso devessem ser alcançados pelo estado, de acordo com os limites impostos no ato nº 051/2009-p, isto se o ente público não possa prestar esta diretamente mediante corpo técnico habilitado para tanto, o que não incide no caso dos autos devido à aplicação da teoria das cargas processuais dinâmicas. 12. Descabe a aplicação do termo de cooperação nº 103/2012 firmado entre este egrégio tribunal de justiça e a seguradora líder dos consórcios do seguro DPVAT, tendo em vista que o referido termo diz respeito ao projeto conciliação. 13. É oportuno ressaltar que o termo "cooperação" pressupõe consenso e aceitação por ambas as partes, propiciando o poder judiciário esta aproximação, mas não importa em medida coercitiva e obrigatória a ser aplicada a questão de ordem privada, quando não há esta composição prévia. Ao contrário, no caso dos autos a matéria é controvertida e litigiosa, pendente de decisão judicial, logo, não se aplica aquela parametrização sugerida para os honorários periciais, devendo estes atender aos parâmetros usualmente fixados pela Lei Processual Civil, princípios jurídicos e critérios fixados jurisprudencialmente. 14. Os argumentos trazidos no recurso não se mostram razoáveis para reformar a decisão monocrática. Negado provimento ao agravo interno. (TJRS; AG 521201-30.2013.8.21.7000; Porto Alegre; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Jorge Luiz Lopes do Canto; Julg. 25/03/2014; DJERS 28/03/2014)

Seguindo a influência da doutrina favorável à dinâmica da distribuição do ônus da prova, bem como a jurisprudência, o Projeto de Lei nº 8.046/2010, que trata do novo Código de Processo Civil Brasileiro, trouxe essa já pacificada possibilidade de dinamização do ônus da prova. Determina o art. 358, *in verbis*:

Com base na premissa apresentada, com o fim de chegar-se a uma justiça processual e, pautada na orientação doutrinária acima delineada, requer, desde já, Requerer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a alcançando assim, a almejada justiça.

Dos Honorários Advocatícios

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, *tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência*.

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

“Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência”

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexos com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 20 do CPC, assim *verbis*:

Art. 20 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios (...)

§ 1º - O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido. (Alterado pela L-005.925-1973)
(...)

§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

§ 4º - “Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g. N.)

“Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por trabalho profissional; nada importa que o vulto da demanda não justifique a despesa” (STJ, AI n. 325.270-SP, rel. Min Nancy Andrighi, j. Em 20-3-2001).

“O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório é aviltante e atenta contra o exercício profissional.” (AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 23/04/2008 – grifou-se.)

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou que seja arbitrado um valor equitativamente de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, caso o valor da condenação seja baixo.

PEDIDOS FINAIS

Ante o exposto, a PROMOVENTE requer:

JUSTIÇA GRATUITA

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



- 1.1. A CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA, segundo permissivo do *caput*, do art. 98 e art. 99, § 3º, do NCPC, c/c art. 5.º, LXXIV, da CRFB/88, tendo em vista que a mesma não pode arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família;

INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

- 1.2. A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DO PROMOVENTE, nos termos do que dispõe o art. 6.º, inciso VIII, do CDC;

CITAÇÃO

- 1.3. A citação da PROMOVIDA pelos Correios, nos termos do art. 246, inciso I, do NCPC, a fim de que, querendo, apresente defesa, sob pena de decretação de revelia e confissão quanto à matéria fática;

DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA

- 1.4. Com o objetivo de atender ao que dispõe o art. 276 do CPC, o PROMOVENTE, desde já, propugna pela realização de perícia judicial, a fim de aferir a incapacidade do PROMOVENTE.

MÉRITO

- 1.5. A total procedência da pretensão autoral, a fim de que:
- 1.5.1. A total procedência da pretensão autoral, a fim de que a PROMOVIDA seja condenada a pagar, em favor do PROMOVENTE, o valor da indenização do seguro DPVAT, no percentual de cem por cento (100%) do valor integral da indenização, o que equivale à quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este a ser oportunamente atualizado pelo INPC, desde a data do acidente, e acrescido por juros de mora de 1% a.m.;
- 1.5.2. Em sede de pedido subsidiário, não sendo o caso de indenização no percentual de 100% (cem por cento) cf. acima requerido, requer-se que o valor da indenização seja condizente e diretamente proporcional ao percentual da incapacidade sofrida pelo PROMOVENTE, estipulada pelo perito judicial, nos termos do art. 3 e ss da lei 6.194, valor a ser oportunamente atualizado pelo INPC, desde a data do acidente, e acrescido por juros de mora de 1% a.m.;

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn_santos@hotmail.com



1.5.3. REQUER-SE a restituição dos valores gastos pelo PROMOVENTE durante o tratamento médico-hospitalar, no importe de R\$ 800,00 (oitocentos reais);

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS

1.6. A condenação da RÉ ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência, esses calculados em 20% sobre o valor da condenação, nos termos do que preceitua o art. 85, §§ 1.º e 2.º, do CPC;.

INTERESSE NA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Considerando a natureza da ação, fazendo uso da faculdade do art. 319, VII, e do art. 334, § 5º, ambos do CPC, **o PROMOVENTE informa que tem interesse na designação de audiência de conciliação**, devendo o processo ser julgado de forma antecipada.

DAS PROVAS

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em Direito admitidos, em especial por testemunhas e documentos, inclusive com os que surjam posteriormente ao ajuizamento.

VALOR DA CAUSA

Dá à causa o valor de **R\$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais)**, observando a exigência positivada nos arts. 291 e 292 do NCPC:

Nesses termos,
Pede e espera **DEFERIMENTO**.

Guarabira/PB, 22 de abril de 2020.

Railson Santos da Silva
OAB/PB nº 22.640



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ALEX CARVALHO SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR UF
468243425 SSP SP

CPF
377.875.848-90

DATA NASCIMENTO
22/11/1989

RUACAO
CARLOS ANTONIO CARLOS
DOS SANTOS
VANEIDE CARVALHO
SANTOS

PERMISSÃO
ACB

ACB

ACB

VALIDADE
27/02/2019

1ª HABILITAÇÃO
15/07/2009

04698120905

OBSERVAÇÕES

Assinatura do Portador

LOCAL
GUARABIRA, PB

DATA EMISSÃO
14/03/2014

Assinatura do Emissor

65121290724
PB028197410

DETRAN-PB (PARAIBA)

VÁLIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

894277167

PROVISÓRIO PLASTIFICAR

894277167

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
02 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



FRANCISCO JOSE DOS SANTOS
RUAS DAS GRACAS, 32 - CENTRO
ARACAGI/ PB CEP: 58270000 (AG. 22)

Emissão: 11/04/2018 Referência: Abr / 2018

Classe/Subclasse RESIDENCIAL/ BARRA RENDA MONOFÁSICO - 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/ PB - CEP 53071-000
Roteiro: 5 - 27 - 255 - 8100 Nº medidor 00220489793

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

CNPJ 08.085.123/0001-40 Insc. Est. 16.015.822-0

Nota Fiscal/ Cédula de Energia Elétrica Nº 04.787.456
Cód. para Ddb. Automático: 00009930628

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Abr / 2018	11/04/2018	11/05/2018	62388010420

UC (Unidade Consumidora): 5/593352-8

Canal de contato

Declaração de Quitação Anual de Débitos
Conforme previsto no Lp 12.007 de 29 de julho de 2009, informamos a quitação dos débitos referentes aos faturamentos regulares de energia elétrica desta unidade consumidora vencidos no ano de 2017 e nos anos anteriores. Esta declaração faz parte da documentação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quais devem ser apresentadas mensalmente aos débitos do ano a que se refere, e dos anos anteriores.
- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
Vale lembrar que não há prazo para o pagamento. Lembre-se, portanto, para a Energisa e para a sua obra, sempre pague em dia.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
12/02/18	17337	11/04/18	17487		110	33
Demonstrativo						
CCI	Descrição	Quantidade		Valor Base (R\$)		Def. (R\$)
		Tarifa (R\$)	Valor Base (R\$)	Valor Base (R\$)	Valor Base (R\$)	
0601	Consumo até 50 kWh-BR	30.000	0.269770	7.49	7.49	0.00
0601	Consumo - 31 a 100 kWh-BR	70.000	0.428170	29.97	29.97	0.00
0601	Consumo - 101 a 220 kWh-BR	10.000	0.842250	8.42	8.42	0.00
0610	Subsídio			38.29	38.29	0.00
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0607	CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA			0.00	0.00	0.00
0604	JUROS DE MORA 03/2018			0.00	0.00	0.00
0605	MULTA 03/2018			0.00	0.00	0.00
0502	Desconto Supl. de			0.00	0.00	0.00

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 64.93 38.17 21.64 20.17 0.72 3.88

Média últimos meses (kWh) 112 **VENCIMENTO 18/04/2018** **TOTAL A PAGAR R\$ 64,93**

Histórico de Consumo (kWh)

112 | 121 | 109 | 112 | 107 | 114 | 115 | 118 | 121 | 107 | 95 | 105
Abr/17 | Mai/17 | Jun/17 | Jul/17 | Ago/17 | Set/17 | Out/17 | Nov/17 | Dez/17 | Jan/18 | Fev/18 | Mar/18

5c2b.1c78.c3f6.ae76.95cf.a154.aa61.a063.

Indicadores de Qualidade

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	
DIC MENSAL	5,51	0,00	NOMINAL	220
DIC TRIMESTRAL	11,52			
DIC ANUAL	23,54	0,00	CONTRATADA	202
FIC MENSAL	3,48			
FIC TRIMESTRAL	6,87	0,00	LIMITE INFERIOR	231
FIC ANUAL	13,05			
DMC	9,48	0,00	LIMITE SUPERIOR	231
DICRI	12,22			

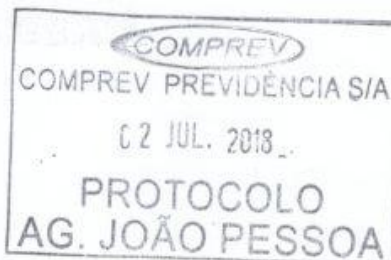
Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. da Energisa PB	11.42	17.59
Consumo de Energia	12.48	20.75
Serviço de Transmissão	1.75	2.70
Encargos Setoriais	3.16	4.87
Impostos, Oribat e Encargos	25.14	38.82
Outros Serviços	0.00	0.00
Total	64.93	100.00

Valor de EUBD (Ref 2/2018) R\$ 11,86

ATENÇÃO

- Sub. Unidade faturada como EUBD, tendo um desconto de R\$ 124.82

Faturas em atraso



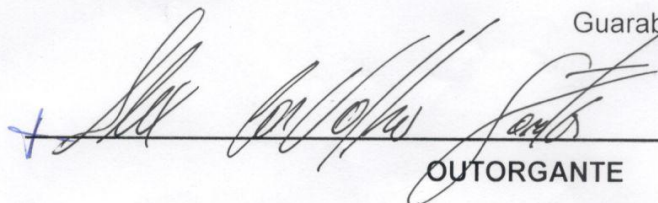
PROCURAÇÃO AD-JUDICIA

OUTORGANTE: O Sr. **ALEX CARVALHO SANTOS**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do RG sob nº 468243495 (SSP-PB), inscrito no CPF sob nº 377.875.848-90, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora das Graças, 35, Bairro Bela Vista na cidade de Araçagi-PB, CEP nº 58.270-000.

OUTORGADOS: O Sr. **RAILSON SANTOS DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF sob nº 094.162.764-05, inscrito na OAB/PB sob nº 22.640, o Sr. **EDWARD DE CARVALHO ANDRADE**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do CPF sob nº 097.037.364-32, inscrito na OAB/PB sob nº 22.299 e o Sr. **TÁSSIO PEREIRA LEITE**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do CPF sob nº 059.643.154-61, inscrito na OAB/PB sob nº 24.365, todos com endereço profissional na Rua Epiácio Pessoa, sala 1, centro, Ed. Ana Teotônio na cidade de Guarabira, CEP 58.200-000.

PODERES: Pelo presente instrumento de mandato, a outorgante nomeia e constitui o outorgado, como seu advogado e procurador, a quem confere amplos e ilimitados poderes para o fôro em geral, com cláusula *ad-judicia*, afim de que, agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e direitos da outorgante, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que a outorgante seja autor ou reclamante, e defendendo quando for réu, interessado ou requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, requerer inventário, ou arrolamento, firmar compromissos, prestar declarações, receber citação, bem como, substabelecer a presente, com ou sem reserva de poderes, se assim lhe convier, e praticando todos os atos necessários para o bom cumprimento do presente mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Guarabira-PB, 25 de junho de 2019.



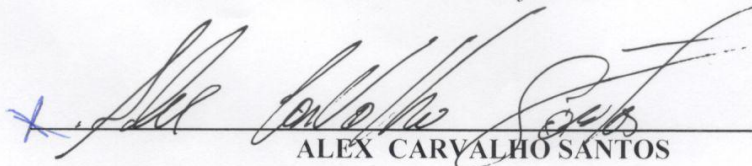
OUTORGANTE



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **ALEX CARVALHO SANTOS**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do RG sob nº 468243495 (SSP-PB), inscrito no CPF sob nº 377.875.848-90, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora das Graças, 35, Bairro Bela Vista na cidade de Araçagi-PB, CEP nº 58.270-000., DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, dos benefícios da Gratuidade Judiciária, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.

Guarabira-PB, 25 de junho de 2019.



ALEX CARVALHO SANTOS





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLICIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI/PB
Rua Felipe Rodrigues nº 10, centro Araçagi/PB, Fone (83) 3274.1331-98123.7705.



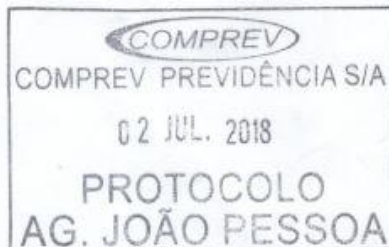
CERTIDÃO

CERTIFICO que em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o livro de Registro de Queixas de nº 001/2018 desta Delegacia de Polícia, nele encontrei as folhas 097 registro de nº 097/2018, cujo teor passo a transcrever na íntegra: aos seis dias mês de Abril de dois mil e DEZOITO, nesta cidade de Araçagi/PB, na Delegacia de Polícia, presente, o DEL. POL IVANILDO MORAES DE MEDEIROS, Delegado de Polícia Civil, comigo, escrivão de Polícia Civil, do seu cargo, ao final assinado, ai, por volta das 11:57 horas, compareceu: o (a) Sr^(a) **ALEX CARVALHO SANTOS**, solteiro, nascido em 22/11/1989, Natural de Guarabira/PB, comerciante, RG: 468243495 SSP/PB, Alfabetizado, Filiação VANEIDE CARVALHO DOS SANTOS E DE CARLOS ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, empresário, Endereço à Rua NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, nº 35, Bairro BELA VISTA, ARAÇAGI/PB. Fez o seguinte registro: Que no dia 04/03/2018, se acidentou em sua motocicleta, PLACA QFA-8287, ano 2014, modelo 2014, cor preta, HONDA FAN, CHASSI 9C2JC4110ER802813, no momento em que estava saindo do seu comércio, ao perder o controle da motocicleta foi a solo; Que quebrou o pulso da mão direito no acidente; Que foi atendido no Pronto Socorro de Fratura de Guarabira; Que foi socorrido por populares; Que a motocicleta é de propriedade do queixoso. O referido é verdade, dou fé.

Araçagi/PB, 06 de Abril de 2018.

Noticiante:

Escrivão de Polícia



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 013747434990
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA COD RENAVAL 2017030622267 EXERCÍCIO
1 0101396322-6 00/00000000 2017

NOME

ALEX CARVALHO SANTOS

CPF/CNPJ

37787584890

PLACA

QFA8297/PB

PLACA ANT/UF

NOVO PB

CHASSI

9C2JC4110ER802813

ESPÉCIE TIPO

PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC

COMBUSTIVEL

GASOLINA

MARCA/MODELO

HONDA/CG 125 FAN KS

ANO FAB

2014

ANO MOD

2014

CAP/POT/CIL

2 P/124 /CI

CATEGORIA

PARTIC

COR PREDOMINANTE

PRETA

COTA ÚNICA

IPVA PAGO EM

VENC. COTA ÚNICA

00/00/0000

1º

VENC./COTAS

FAIXA IPVA

PARCELAMENTO/COTAS

0

2º

3º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

09/11/2017

OBSERVAÇÕES

SEM RESERVA DE DOMÍNIO

LOCAL

ARACAGI-PB

DATA

28/11/2017

9999999

01054

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULO
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA, APESAR
DE TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 013747434990

BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO

2017

DATA EMISSÃO

29/11/2017

VIA

1

CPF / CNPJ

37787584890

PLACA

QFA8297/PB

RENAVAM

01013963226

MARCA / MODELO

HONDA/CG 125 FAN KS

ANO FAB

2014

CAT TARIF

9

Nº CHASSI

9C2JC4110ER802813

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$)

DENATRAN (R\$)

CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$)

IOF (R\$)

TOTAL A SER PAGO SEGURO (R\$)

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO

DATA DE QUITAÇÃO

09/11/2017

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

31054-1121334-20171128

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
02 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



Assinado eletronicamente por: RAILSON SANTOS DA SILVA - 22/04/2020 09:23:18

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042209231873700000028888376

Número do documento: 20042209231873700000028888376

Rio de Janeiro, 10 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Nº Sinistro: **3180303152**

Vítima: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Data do Acidente: **04/03/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **LUCIANO SANTOS OLIVEIRA**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180303152**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13072546

Pag. 00697/00698 - carta_01 - INVALIDEZ



Rio de Janeiro, 13 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: ALEX CARVALHO SANTOS

Nº Sinistro: 3180303152

Vítima: ALEX CARVALHO SANTOS

Data do Acidente: 04/03/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: LUCIANO SANTOS OLIVEIRA

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180303152**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01677/01678 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13091776



Rio de Janeiro, 17 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: ALEX CARVALHO SANTOS

Sinistro: 3180303152
Vítima: ALEX CARVALHO SANTOS
Data do Acidente: 04/03/2018
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: LUCIANO SANTOS OLIVEIRA

Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o número **3180303152** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00491/00492 - carta_02 - INVALIDEZ



Carta nº 13252119



Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda.

Avenida Rui barabosa Nº 240 – Centro – Guarabira-PB.

Fone: (83) 3271 1156

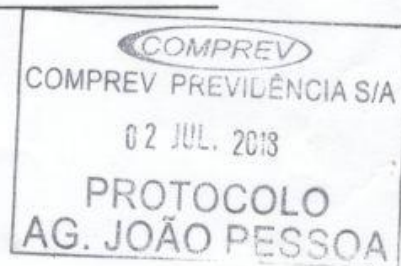
Fax: (83) 3271 4032

DECLARAÇÃO

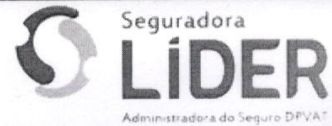
Declaramos para os devidos fins, que revendo nossos arquivos constatamos que o paciente, ALEX CARVALHO SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado à rua Nossa Senhora das Graças Nº 46, centro, Araçagi-PB, foi atendido neste Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda – CNPJ: 09.239.906/0001-38, vítima de acidente de motocicleta (informado pelo mesmo), compareceu no dia 04/03/2018, tendo como diagnóstico de Fratura exposta do Rádio distal direito CID 10 S52.5, submetido a tratamento cirúrgico no dia 05/03/2018, com quadro clínico exame realizado raios x do punho direito e imobilização tipo tala gessada membro superior, colocado material de síntese, 01 (um) Placa em T e 03 (três) Parafusos Corticais, 02 (dois) Fios Kirshned, com alta hospitalar no dia 06/03/2018. Conforme consta na ficha ambulatorial Nº 350.955/2018 e prontuário Nº 049/2018, em nossos arquivos.

Guarabira, 13 de Março de 2018.

Dr. Teófilo dos Santos Ribeiro Filho
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 7618



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180303152

Cidade: Araçagi

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: ALEX CARVALHO SANTOS

Data do acidente: 04/03/2018

Seguradora: ARUANA SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO.

Descrição do exame médico pericial: DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DO PUNHO DIREITO.

Resultados terapêuticos: FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO TRATADA CIRURGICAMENTE COM REDUÇÃO ABERTA E FIXAÇÃO INTERNA COM PLACA E PARAFUSOS E FISIOTERAPIA, SEM INTERCORRÊNCIAS, COM ALTA MÉDICA. CICATRIZ CIRÚRGICA NORMOTRÓFICA E NORMOCRÔMICA DE 06 CM NA FACE VENTRAL DO PUNHO DIREITO. LIMITAÇÃO DA FLEXO EXTENSÃO E ROTAÇÃO DO PUNHO DIREITO.

Sequelas permanentes: APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO PUNHO DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 22/08/2018

Conduta mantida:

Observações: REVISOR MANTEVE ENQUADRAMENTO E VALORAÇÃO DO MÉDICO EXAMINADOR. -

Médico examinador: JOAO FERNANDES DE SOUZA

CRM do médico: 2732 PB

UF do CRM do médico: PB

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos punhos	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75

PRESTADOR

CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

Médico revisor: DORES MENDES B C MENDES

CRM do médico: 52.25889-0

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:

Dores Mendes



PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

Av: Rui Barbosa - 240 - Centro - Guarabira - PB

Fone: (83) 3271 - 1156 Fax: (83) 3271 - 4032

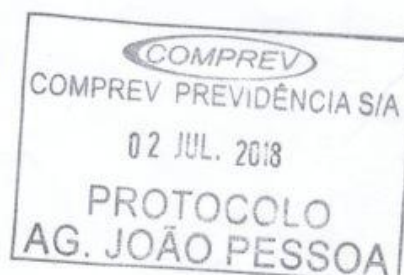
RECIBO..... 3.500,00

Recebi do Sr. ALEX CARVALHO SANTOS, a importância líquida de R\$ 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais), ref. a atendimento médico cirurgico realizado na pessoa do mesmo.

Para maior clareza, firmo o presente recibo, dando plena e total quitação.

Guarabira, 05 de Março de 2018.


09.239.906/0001-38
Pronto Socorro De Fraturas
De Guarabira - Ltda - Profrag
Av. Rui Barbosa - 240
Centro - Cep: 58.200.000
Guarabira - PB



Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda
Avenida Rui Barbosa Nº 240 – Centro – Guarabira-PB.
Fone: (083) 3271 1156 Fax: (083) 3271 4032

Nome do Paciente: Alex Carvalho Santos
Convênio: Particular
Diagnóstico: Fratura do Rádio distal do Rádio
Procedimento: Internamento Cirúrgico
Data do Internamento: 05/03/2018
Data da Alta: 06/03/2018
Prontuário ou ficha Ambulatorial: 049/2018

Honorários Médicos

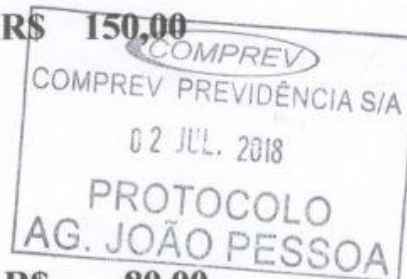
Cirurgião	01	R\$ 1.444,96	R\$ 1.444,96
Auxiliar	01	R\$ 188,94	R\$ 188,94
Anestesista	01	R\$ 712,00	R\$ 712,00
Sub-Total.....		R\$	R\$ 2.345,90

Diária de Apartamento	01	R\$ 150,00	R\$ 150,00
------------------------------	-----------	-------------------	-------------------

Exame Radiológico

Raios x do Punho	02	R\$ 40,00	R\$ 80,00
Fio Kirshned	02	R\$ 75,00	R\$ 150,00
Placa em T	01	R\$ 540,00	R\$ 540,00

(Incluindo 03 Parafusos Corticais)




09.239.906.906/0001-38
Pronto Socorro de Fraturas
De Guarabira - Ltda - Prodtag
Av. Rui Barbosa - 240
Centro - Cep: 52.010-000
[Guarabira - PB]



Nomenclatura Medicamento de Sala e Enfermaria
Quantidade valor Unitário Valor Total

Pov. Digermante	120ml	R\$ 0,10	R\$ 12,00
Pov. Tópico	180ml	R\$ 0,08	R\$ 14,00
Diclofenaco amp	04 amp	R\$ 2,81	R\$ 11,24
Cefalotina amp	04 amp	R\$ 5,55	R\$ 22,20
Soro Fisiológico	02 unid	R\$ 2,96	R\$ 5,92
Soro Glicosado	01 unid	R\$ 3,33	R\$ 3,33
Neocaína 5%	01 amp	R\$ 14,00	R\$ 14,00
Efortil amp	01 amp	R\$ 5,98	R\$ 5,98
		SUB-TOTAL	R\$ 88,67

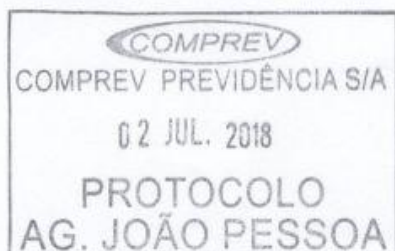
Material de Sala e Enfermaria

Equipo	01	R\$ 0,63	R\$ 0,63
Scalp	02	R\$ 0,49	R\$ 0,98
Mononaylon	02 unid	R\$ 6,70	R\$ 13,40
Luvas	04 pares	R\$ 1,00	R\$ 4,00
Lâmina de bisturi	01 unid	R\$ 0,41	R\$ 0,41
Seringa desc. 05cc	04 unid	R\$ 0,65	R\$ 2,60
Seringa desc. 10cc	05 unid	R\$ 0,85	R\$ 4,25
Máscara desc.	04 unid	R\$ 0,40	R\$ 1,60
Gorro desc.	04 unid	R\$ 0,35	R\$ 1,40
		SUB-TOTAL	R\$ 29,27

Curativos	02	R\$ 11,06	R\$ 22,12
Taxa de Sala de Cirurgia		R\$ 94,04	R\$ 94,04
TOTAL GERAL			R\$ 3.500,00

(Três Mil e Quinhentos Reais).

Guarabira, 06 de Março de 2018.



[Assinatura]
 1387
 Pronto Socorro de Heliópteros
 De Guarabira - Sala - Prontag
 Av. Rui Barbosa - 3
 Centro - Cep: 58.200-000
 [Guarabira - PB]



PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA
Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome do Paciente		Nº Prontuário	
Alex Cavalho Junior			
Data de Operação	05/03/18	Enf.	
Operador	DR. TEODORO COSTA	1º Auxiliar	MASSATO
2º Auxiliar		3º Auxiliar	
Anestesia	DR. WELLINGTON	Instrumentador	
Diagnóstico Pré-Operatório	Fratura da tíbia distal D		
Tipo de Operação	TTO Cirúrgica da Fratura		
Diagnóstico Pós-Operatório	Osteossíntese		
Relatório Imediato do Patologista	RAS		
Exame Radiológico no Ato	Sim		
Exame Radiológico no Ato	Sim		
Acidente Durante a Operação	NÃO		

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
02 JUL 2018
PROTOCOLO
AG. JOIÃO

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos - Visceras

- 1) Plt da tíbia com placa
- 2) Acesso à tibia + campo cirúrgico
- 3) Placa longitudinal externa
- 4) Placa da tíbia
- 5) Placa da fíbula
- 6) Sutura da pele
- 7) Curativo

Dr. Teodoro Costa
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 1741

Dr. Teodoro de Almeida Ribeiro Filho
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 1741

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO



PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

CONTROLE DE MATERIAL E MEDICAMENTOS CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

Nome do Paciente: Ally Carvalhosa dos Reis Categ: Parto
 Condição do Parto: _____ Início: _____ Term.: _____
 Médico: Rui Silva Auxiliar: _____
 Anestesista: Wellington Tipo de Anestesia: Yng
 Tipo de Cirurgia: cesárea
 Data: 05/07/14 Observação: normal

Quantidade	Material	Quantidade	Medicamentos
	Catgut Simples n°		Soro Glicosado
	Catgut Simples S/ag	<u>5</u>	Soro Fisiológico
	Catgut Simples C/ag	<u>5</u>	Ringer Lactado
	Catgut Cromado n°		Andrenoplasma
	Catgut Cromado n°		Manitol
<u>5</u>	Catgut Cromado n° <u>2</u>		Alloferine
<u>5</u>	Mononylon n° <u>2</u>		Etrane
	Mononylon n°		Pentrane
	Mononylon n°		Fluotane
	Fios de algodão		Unionembatal
<u>5</u>	Scaipe		Marcaina
	Equipo p/ Soro		quelicin
	Equipo p/ Transfusão		Inoval
<u>08</u>	Luvas p/ Pares		Ketalar
<u>06</u>	Compressas		fentanil
	Drenos		Methergin amp.
<u>2</u>	Gases		Xilocaina 5%
<u>01</u>	Lâminas de Bisturi	<u>1</u>	Xilocaina 2%
<u>1</u>	Esparadrão		Atropina amp.
<u>1</u>	Povidine Tópico		Syntocinon amp.
	Povid. Degermante		Prostigmine amp
	Lacto-gim		Optacilin amp.
<u>1</u>	<u>aluf boala</u>	<u>1</u>	<u>90</u>
<u>01</u>	<u>fuixa de lino</u>	<u>1</u>	<u>curad</u>
<u>02</u>	<u>fale fmo</u>	<u>1</u>	<u>2</u>
<u>04</u>	<u>fuixa de lino</u>		

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A

02 JUL 2018

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

Responsável

Scanned by CamScanner





PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

FOLHA DE ANESTESIA

NOME		ALYX CARVALHO SANTOS		DATA	
ESTADO CIVIL	SOLT.	CAS.	VLU.	DESQ.	SEXO
ENDEREÇO		AV. (Rua)		BAIRRO	
HOSPITAL		C.P.		INSC.	
G.I.H.		C.P.		INSC.	
DIAGNÓSTICO		C.P.		INSC.	
OPERAÇÃO REALIZADA		C.P.		INSC.	
CIRURGIÃO		AUXILIAR		CATEGORIA	
HORA		C.P.		INSC.	
PRESSÃO ARTERIAL		PESO		PULSO	
TEMPERATURA		RESPIRAÇÃO		ESTADO GERAL	
RISCO CIRÚRGICO		GRUPO SANGÜÍNEO		EXAMES COMPLEMENTARES	
CÓDIGO		Anestesia X		Operação g	
Intub. T		Endotr.		Pres. V	
Sistól. A		Distol.		Pulso	
Resp. RA		Assist.		Resp. RE	
Exponit.		Resp. contr.		HORA	
PREANESTÉSICO		ANESTESIA		TÉCNICA	
GERAL		RAQUIDIANA		EPIDURAL	
BLOQ. DE PLEXO		BLOQ. DE NERVOS		OUTRAS	
INÍCIO		TERMINO		DURAÇÃO	
1		2		3	
4		5		6	
7		8		9	
10		11		12	
OBSERVAÇÕES		MATERIAL GASTO COM O ATO ENESTÉSICO		COMP. PREVIDÊNCIA S/A	
ASSINATURA		US		US+20% R\$	

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: RAILSON SANTOS DA SILVA - 22/04/2020 09:23:20

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042209232000500000028888388>

Número do documento: 20042209232000500000028888388

Rio de Janeiro, 09 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Nº Sinistro: **3180303187**

Vítima: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Data do Acidente: **04/03/2018**

Cobertura: **DAMS**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de reembolso de Despesas de Assistência Médicas e Suplementares - DAMS foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180303187**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de DAMS é de **ATÉ R\$ 2.700,00** e que suas despesas serão analisadas considerando os valores de mercado, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de reembolso é de até **30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00753/00754 - carta_01 - DAMS



Carta nº 13067801



Rio de Janeiro, 12 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: ALEX CARVALHO SANTOS

Nº Sinistro: 3180303187

Vítima: ALEX CARVALHO SANTOS

Data do Acidente: 04/03/2018

Cobertura: DAMS

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180303187**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Comprovação de ato declaratório faltando página
- DUT ilegível

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00847/00848 - carta_03 - DAMS



Carta nº 13085422



Rio de Janeiro, 01 de Agosto de 2018

Carta nº: 13174418

A/C: ALEX CARVALHO SANTOS

Nº Sinistro: 3180303187
Vitima: ALEX CARVALHO SANTOS
Data do Acidente: 04/03/2018
Cobertura: DAMS

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ALEX CARVALHO SANTOS

Valor: R\$ 2.700,00

Banco: 104

Agência: 000000042

Conta: 00000061247-3

Tipo: CONTA POUPANÇA

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00969/00970 - carta_12 - DAMS

00020485



DECISÃO

1. Não havendo nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, DEFIRO o pedido de justiça gratuita, sem prejuízo de sua impugnação, na forma do art. 100, do NCPC.

2. Em que pese o contido no art. 334, do NCPC, tem-se que a prática forense tem revelado que a empresa demandada não costuma promover autocomposição.

3. Desse modo, torna-se infrutífera a designação de audiência de conciliação, quando já visualizada a sua não realização. Ademais, a designação desse ato, quando improvável a sua realização, atenta frontalmente contra o princípio da celeridade processual. Assim, deixo de designar a dita audiência.

4. Nesse passo, CITE-SE o réu para que, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 183 c/c art. 335, ambos do NCPC), apresente resposta.

Intimações necessárias.

Guarabira, data e assinatura eletrônicas.

ALÍRIO MACIEL LIMA DE BRITO

Juiz de Direito



Certifico e dou fé que, através da presente procedo a CITAÇÃO da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT para integrar a presente relação processual, e, querendo, defender-se no prazo de 15 dias, advertindo-o que, não sendo contestada a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor na inicial constante no ID nº [30046287](#), tudo sob as cautelas legais e advertências dos arts. 238 e 344 do NCPC.

Datado e assinado eletronicamente.

LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO

Analista/Técnico Judiciário

